

O Curso de Filosofia da UFMA: uma tradição atualizada

The Philosophy Program at UFMA: a revitalized tradition

Maria Olívia Serra¹

Almir Ferreira da Silva Júnior²

DOI: <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.2025.v16.1258>

Resumo

O artigo apresenta um panorama histórico da fundação e desenvolvimento do curso de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), desde suas origens na Faculdade de Filosofia de São Luís, criada em 1952, até sua consolidação como parte da universidade federal. Analisa-se o contexto educacional, político e religioso que possibilitou sua criação, bem como as transformações institucionais decorrentes da federalização e da reorganização universitária na década de 1960, com enfoque nas atividades de ensino, pesquisa e extensão que contribuíram para a consolidação do curso como referência regional. Apesar dos avanços obtidos, reconhecem-se os desafios persistentes, entre eles as tentativas de deslegitimação do papel social e público do filósofo, o que revela desafios ainda presentes no cenário atual. Por fim, sublinha-se a importância do Curso de Filosofia da UFMA na formação de professores, pesquisadores e intelectuais maranhenses, bem como sua contribuição para a ampliação e aprofundamento do debate crítico-filosófico em âmbito local e nacional.

Palavras-chave: Filosofia. Ensino superior. Maranhão.

¹ Professora do Departamento da Universidade Federal do Maranhão. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6160-9328>. E-mail: mo.serra@ufma.br.

² Professor do Departamento da Universidade Federal do Maranhão. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9957-2604>. E-mail: almir.silva@ufma.br.

Abstract

The article presents a historical overview of the foundation and development of the Philosophy Program at the Universidade Federal do Maranhão (UFMA), tracing its origins to the Faculty of Philosophy of São Luís, established in 1952, and following its consolidation within the federal university system. It analyzes the educational, political, and religious contexts that enabled its creation, as well as the institutional transformations resulting from the federalization and university reorganization of the 1960s. It also discusses the composition of faculty and students in recent years, with particular emphasis on the teaching, research, and extension activities that have contributed to the program's consolidation as a regional reference. Despite the progress made, persistent challenges are acknowledged, many of which remain significant today. Finally, the article underscores the importance of UFMA's Philosophy Program in training teachers, researchers, and intellectuals from Maranhão, as well as its contribution to the expansion and deepening of critical-philosophical debate both locally and nationally.

Keywords: Philosophy. Higher education. Maranhão.

História do Curso de Filosofia na UFMA: considerações introdutórias

Desde os tempos coloniais, o ensino de filosofia do Brasil esteve profundamente vinculado às estruturas sociais e religiosas vigentes. A disciplina foi introduzida pelos jesuítas no século XVI, integrando o curso de artes (*trivium* e *quadrivium*) ministrado nos colégios destinados à formação da elite colonial. Nesse contexto inicial, predominou um currículo de orientação escolástica medieval (aristotélico-tomista), alinhado aos ideais da Contrarreforma. Tal modelo enfatizava a autoridade da Igreja e dos clássicos medievais, ao mesmo tempo em que excluía sistematicamente o pensamento científico moderno (Bacon, Galileu), bem como as correntes filosóficas iluministas que ganhavam força na Europa.

Mesmo após a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal (1759), e a subsequente instauração das “aulas régias”, o ensino filosófico manteve-se notoriamente elitista e conservador. Sob a tutela pombalina, algumas ideias iluministas foram gradualmente incorporadas ao currículo, muitas vezes de maneira clandestina ou parcial, mas a matriz aristotélico-tomista continuou dominante nas instituições de ensino oficiais.

Durante o império e nas primeiras décadas da República, a filosofia escolar experimentou uma oscilação de *status*. A partir da década de 1820, com a fundação das primeiras faculdades de Direito em São Paulo e no Recife, a filosofia foi integrada ao currículo do ensino secundário como disciplina propedêutica para os cursos jurídicos. Posteriormente, reformas educacionais subsequentes refletiram mudanças nas concepções pedagógicas sobre o estatuto da disciplina: em 1915, uma lei tornou a filosofia optativa nas escolas secundárias, mas esse quadro foi revertido na década de 1930. Em 1932, o ministro Francisco Campos — influenciado pelos princípios renovadores da Escola Nova — reintroduziu a filosofia como matéria obrigatória e ampliou o currículo escolar ao incluir disciplinas como lógica, sociologia e história da filosofia.

A transformação alcançou também a estrutura do ensino secundário como um todo. Na reforma Capanema (1942), o antigo ciclo único foi reorganizado em ginásio e colegial; nesse novo modelo, a filosofia passou a ser exigida em dois anos do curso clássico e em um ano do científico. Entretanto, portarias posteriores reduziram gradualmente sua carga horária, restringindo a disciplina ao último ano do colegial. Em síntese, entre os anos 1930 e 1960 a filosofia oscilou entre a consolidação como componente formal do currículo escolar e a limitação de seu espaço nas instituições de ensino, de acordo com as orientações políticas e pedagógicas predominantes em cada período.

As décadas seguintes marcaram novos reveses para a disciplina. A Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (LDB nº 4.024) suprimiu a obrigatoriedade da disciplina no ensino médio, inaugurando um período de progressiva marginalização. Esse processo se agravou durante o regime militar (1964-1985), quando, em 1971, a reforma educacional imposta pelo governo extirpou completamente o ensino de filosofia do currículo do primeiro e do segundo graus. A justificativa oficial era alinhar a educação às exigências do desenvolvimento econômico, priorizando a formação de mão de obra técnica e a racionalidade produtiva em detrimento da reflexão crítica. Nos anos de chumbo, a filosofia também perdeu prestígio no nível superior: registros da época apontam perseguição e exílio de diversos professores do curso de Filosofia, reflexo do

desmantelamento de sua autonomia acadêmica que impactou sua presença nos diferentes níveis de ensino.

Com a redemocratização, o ensino de filosofia ensaiou uma retomada gradual. Em 1982, no clima da abertura política, uma lei autorizou seu retorno ao currículo em caráter optativo. A constituição de 1988 e a nova LDB (1996) reafirmaram a importância da formação ética e cidadã, ainda que não tenham restabelecido de imediato a obrigatoriedade da disciplina. A articulação de educadores e a mobilização social continuaram ao longo dos anos 1990, até que, em 2008, a Lei nº 11.684 reformulou a LDB, tornando obrigatórios no ensino médio os estudos de filosofia e sociologia. Esse marco legal consolidou o reconhecimento oficial do valor formativo da filosofia na educação básica, por um lado encerrando um ciclo de lutas para reintegrá-la ao currículo escolar, por outro assumindo o desafio das discussões e propostas que giravam em torno *do que ensinar, como ensinar e para quem ensinar*.

Ao longo de todo esse percurso histórico, a filosofia escolar oscilou entre fases de valorização — geralmente associadas a projetos republicanos, laicos ou renovadores — e períodos de marginalização, em que prevaleceu uma orientação técnico-profissionalizante. Esse vaivém reflete desafios recorrentes: a formação de professores especializados, a resistência política ao pensamento crítico e a competição curricular com disciplinas consideradas de caráter mais prático-utilitário. Do mesmo modo, nas instituições de ensino superior, a disciplina seguiu uma trajetória paralela de expansão e restrição. No século XX, proliferaram faculdades e departamentos de filosofia em várias universidades estaduais e federais, não só profissionalizando o campo filosófico enquanto curso de formação superior (licenciatura e bacharelado), mas reconhecendo o ensino de filosofia como referencial nuclear de formação em diversos cursos universitários, seja na área biomédica, nos centros tecnológicos e, sobretudo, no âmbito das ciências humanas. Tais avanços, todavia, foram decorrentes das conjunturas político-educacionais e suas respectivas propostas curriculares implementadas nas instituições de ensino superior (IES).

No presente artigo, o propósito é destacar algumas diretrizes referentes ao desenvolvimento e impacto do ensino de filosofia na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) contemplando os horizontes de pesquisa na graduação e pós-

graduação e de formação de professores; o que demarca o compromisso da Licenciatura em Filosofia no cumprimento de sua função social em vistas à formação crítico-reflexiva de um pensamento autônomo e livre junto à realidade socioeducacional do Maranhão.

O Curso de Filosofia na UFMA: pensando a tradição

O Curso de Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Maranhão teve sua fundação registrada em 15 de agosto de 1952, sob a denominação de Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, sendo autorizado a funcionar em 23 de abril de 1953 pelo Decreto nº 32.606. Na ocasião, oferecia os cursos de Filosofia, Letras Neolatinas, Geografia, História e Pedagogia. Posteriormente, pelo Decreto Federal nº 40.231, de 31 de outubro de 1956, o Curso de Filosofia foi oficialmente reconhecido, embora restrito à modalidade de bacharelado. A partir de 22 de agosto de 1959, contudo, o Decreto nº 46.564, ao reconhecer o Curso de Didática da Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, permitiu que bacharéis obtivessem também o título de licenciado, desde que cumprissem um ano adicional de formação didática.

Em 1960, foi criada a Fundação Universidade do Maranhão (FUM), cujo estatuto foi aprovado pelo Decreto Federal nº 59.941, de 6 de janeiro de 1967. Com a aprovação do estatuto, a Universidade estruturou-se em três centros, entre eles o Centro de Estudos Gerais (CEG), composto por três institutos: Ciências Físicas e Naturais; Filosofia e Ciências Humanas; e Letras e Artes. Nesse contexto, foram criados 32 departamentos, distribuídos entre os diversos institutos e faculdades. Com a constituição do Departamento de Filosofia e da Coordenação do Curso de Filosofia, essas subunidades passaram a estudar as normas do Conselho Federal de Educação, visando a uma reestruturação curricular que se concretizou apenas em 1983, com a aprovação do novo currículo pela Resolução nº 10/86 – CONSUN, fundamentada no Parecer nº 277 – CFE, de 20 de outubro de 1962, que estabelecia conteúdos mínimos e a duração do curso de Graduação em Filosofia.

Nesse período, o Curso de Filosofia na modalidade de licenciatura passou gradativamente a se fortalecer, em detrimento do bacharelado. Já na década de 1980, a

Coordenação do Curso passou a considerar a possibilidade de reativar o curso de bacharelado, instituído originalmente em 1952, mas, apesar do projeto de reativação apresentado em 1986, essa iniciativa não chegou a ser plenamente efetivada. Em contrapartida, o curso de licenciatura se consolidou progressivamente, tendo seu projeto político-pedagógico reformulado em 2005 e aprovado pela Resolução nº 497-CONSEPE-2006, sendo posteriormente revisado e aprovado pela Resolução nº 661-CONSEPE-2009.

Ainda na década de 1980, no contexto de avanços administrativos e acadêmicos institucionais,—verificou-se uma crescente qualificação do corpo docente do Departamento de Filosofia, por meio da realização de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, além da organização e realização de importantes eventos científicos, como as Semanas de Filosofia e os Simpósios de Filosofia. Nesse período, também se consolidaram as atividades de monitoria, especialmente nas áreas de Introdução à Filosofia e Metodologia Científica. Como desdobramento desse conjunto de ações, a Licenciatura em Filosofia passou a desempenhar um papel de destaque no impacto social da instituição, especialmente a partir do estabelecimento de um diálogo efetivo e promissor entre o Departamento de Filosofia, a Coordenação do Curso de Filosofia e a Secretaria de Educação do Estado do Maranhão. Esse diálogo teve como principais objetivos e resultados a realização de fóruns de debates sobre a formação continuada de professores e professoras de filosofia, bem como a implantação do ensino de filosofia na educação básica.

Destaca-se, nesse contexto, o trabalho incansável e qualificado da professora Elza Maria Brito Patrício, integrante do Departamento de Filosofia da UFMA e, durante um período, coordenadora da Licenciatura em Filosofia. Como resultado de círculos de debates, reuniões, seminários, fóruns e rodas de conversa — que contaram com a participação de diversos segmentos, como representantes da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, docentes do Departamento de Filosofia da UFMA, professores da educação básica e estudantes de filosofia —, foi possível alcançar uma importante conquista: a formulação de uma diretriz político-educacional que garantiu a implantação do ensino de Filosofia no nível médio em todo o Estado do Maranhão, além da sua recomendação para o ensino fundamental. Essa diretriz, fruto de intensa mobilização,

permanece vigente até os dias atuais.

A partir desse processo, o ensino de Filosofia conquistou um *status* de relevância como componente curricular fundamental na formação da educação básica, com o compromisso de fomentar uma consciência crítica e reflexiva sobre os problemas emergentes da realidade cotidiana, fundamentada nos grandes referenciais da história do pensamento filosófico. Todo esse movimento foi enriquecido pela participação ativa de docentes e discentes do curso de Filosofia, que se mantiveram presentes nos debates e nas discussões — tanto no ambiente acadêmico quanto nas escolas da educação básica — sobre a importância da presença da Filosofia na escola pública e privada.

Ainda no final da década de 1980, destaca-se uma iniciativa inovadora: a primeira oferta de um curso de *Filosofia para crianças*, promovido pelo Instituto de Idiomas Yazigi em São Luís-MA, com base no método desenvolvido pelo filósofo norte-americano Matthew Lipman. Sob incentivo da professora Elza Patrício, alguns egressos da Licenciatura em Filosofia da UFMA participaram da formação, que incluiu um estágio prático em escolas da rede privada. As discussões e metas desse projeto centraram-se em como operacionalizar a proposta de Filosofia para crianças e em como sistematizar uma reflexão propositiva, baseada na convicção de que a Filosofia deve dialogar com a infância e fazer parte do cotidiano escolar.

Essas ações político-educacionais e acadêmicas voltadas para a defesa do ensino de Filosofia na educação básica permanecem fortalecidas por meio do Fórum Maranhense em Defesa da Filosofia, vinculado à Associação Brasileira de Ensino de Filosofia (ABEF). Atualmente, o Fórum é coordenado pela professora Dra. Zilmara de Jesus Viana, do Departamento de Filosofia da UFMA, e conta com a participação de professores e estudantes da UFMA, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) e do Instituto de Ensino Superior do Maranhão (IESMA), além de docentes da educação básica e gestores de redes públicas e privadas de ensino do estado.

Por fim, nesse breve histórico, é importante ressaltar a tradição da Faculdade de Filosofia como uma das unidades fundadoras da Universidade Federal do Maranhão e o compromisso histórico do Curso de Filosofia com as diretrizes político-educacionais da educação básica no estado, muito antes da recomendação do ensino de Filosofia no

ensino médio pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 e de sua obrigatoriedade estabelecida pela Lei nº 11.684/2008.

O Departamento de Filosofia: perspectivas atuais

O Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) constitui-se como núcleo estratégico para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão em filosofia na instituição e está inserido no Centro de Ciências Humanas (CCH). Criado no contexto da federalização universitária da década de 1960, esta subunidade acadêmica tem assumido, ao longo das últimas décadas, um papel fundamental na consolidação do ensino e pesquisa em filosofia tanto na Licenciatura em Filosofia e outras graduações dessa IES quanto na pós-graduação (*Lato sensu* e *Stricto sensu*), no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

Atualmente, o Departamento conta com um quadro de 30 professores, dos quais 28 são efetivos e 2 substitutos. Dentre os docentes, 25 possuem título de doutor, 4 são mestres e 1 é especialista. A partir da década de 90 foi implementada uma política institucional de qualificação docente ressaltando o compromisso da instituição com a excelência do ensino superior e possibilitando ao departamento de filosofia um avanço significativo na titulação de mestres e doutores nas mais diversas subáreas da filosofia. Alguns docentes, no entanto, ingressaram através de concurso público já com a formação de doutorado, ampliando ainda mais o horizonte de estudos e pesquisas filosóficas no departamento.

O Departamento de Filosofia presta apoio substancial a outros cursos de graduação da UFMA, ministrando disciplinas filosóficas obrigatórias e optativas para áreas como Direito, Pedagogia, Ciências Sociais, Administração, Serviço Social, Medicina, Ciências da Computação, Psicologia, Letras e outras. A presença da Filosofia nesses cursos reflete o reconhecimento dos fundamentos teórico-filosóficos demandados pelos mais distintos campos do saber, inerentes às várias graduações, bem como da necessidade e importância de construirmos uma formação universitária que ultrapasse um rigor tecnicista e esteja comprometida com uma perspectiva humanística

e crítica. Essa atuação interdisciplinar demonstra a centralidade do Departamento de Filosofia no projeto educacional da UFMA, respondendo à necessidade contemporânea de formar profissionais críticos, éticos e capazes de refletir sobre as condições históricas e sociais de sua atuação profissional.

A composição qualificada do corpo docente do Departamento de Filosofia da UFMA também se manifesta na manutenção de uma produção científica regular, na criação e consolidação de grupos de estudo e pesquisa que geram projetos e promovem eventos científicos em diferentes áreas da Filosofia, frequentemente contemplados e financiados pela instituição de fomento local Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), bem como pelos editais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). A maioria dos docentes pesquisadores mantém seu envolvimento e atuação tanto na graduação quanto nos programas de pós-graduação — Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT), Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO) e Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL). Assim, o Departamento de Filosofia da UFMA configura-se não apenas como responsável pela formação de licenciados em filosofia, mas também como agente ativo na promoção da reflexão filosófica em múltiplos campos do saber, reafirmando a relevância da filosofia como dimensão fundamental da formação universitária plena.

A Licenciatura em Filosofia: algumas diretrizes

A Licenciatura em Filosofia é o principal curso sob responsabilidade do Departamento. Estruturada com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nos princípios da educação crítica, a licenciatura propõe a formação de professores capacitados para atuar na educação básica, desenvolvendo competências de leitura crítica, argumentação, análise e síntese do conhecimento filosófico.

O Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) vigente prioriza componentes curriculares que atendem ao denominado “currículo mínimo” — lógica, metafísica, história da filosofia, ética e teoria do conhecimento — quanto às disciplinas voltadas à

formação didático-pedagógica. Entre estas, destacam-se as Metodologias do Ensino de Filosofia, as Práticas Investigativas e os Estágios Supervisionados, realizados nos níveis de ensino fundamental e médio.

Ao longo das décadas, o projeto pedagógico passou por atualizações (Resoluções UFMA nº 497/2006 e 661/2009) e teve reconhecimento renovado pelo MEC em 2018. No campus de São Luís, o curso de Filosofia (licenciatura plena) oferece, atualmente, 80 vagas anuais no turno vespertino, com um prazo máximo de integralização de 12 semestres (6 anos). As atividades acadêmicas são ministradas no prédio do Centro de Ciências Humanas (CCH) da Cidade Universitária Dom Delgado.

O currículo abrange tanto disciplinas teóricas de filosofia, como História da Filosofia, Ética, Estética e Teoria do Conhecimento, quanto componentes pedagógicos. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) propõe a integração entre a teoria filosófica e a prática docente, visando preparar os alunos não apenas para ensinar Filosofia no ensino fundamental e médio, por meio do desenvolvimento de experiências filosóficas em sala de aula, mas também para atuar em centros de pesquisa e em assessorias educacionais.

Nas últimas décadas, o Departamento de Filosofia e o curso de Filosofia têm participado de debates e discussões sobre a importância de um ensino de Filosofia que transcenda a mera apresentação e transposição didática de teorias e sistemas filosóficos, comprometendo-se, assim, com o desafio contemporâneo de pensar o ensino de Filosofia como um problema filosófico, como ressalta o Prof. Dr. Cerletti (2009).

A Pós-Graduação e o Ensino de Filosofia

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos centros regionais mais importantes para os estudos filosóficos no Nordeste. Essa consolidação deve-se, entre outros fatores, à articulação entre a graduação, a pós-graduação e os grupos de pesquisa vinculados ao Departamento de Filosofia.

O Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT), criado em 2008, foi um dos primeiros espaços da UFMA a oferecer terreno fértil para o desenvolvimento de pesquisas filosóficas em diálogo com abordagens interdisciplinares.

Com a posterior implantação do curso de doutorado, o PGCULT passou a acolher projetos de investigação de natureza filosófica, particularmente no que tange às articulações entre cultura, política e estética.

Alguns professores do Departamento de Filosofia, como o Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas — atual coordenador do programa —, o Prof. Dr. Luciano da Silva Façanha e a Profa. Dra. Zilmara de Jesus Viana, têm contribuído significativamente para o programa, atuando em linhas como “Expressões e Processos socioculturais”. Suas investigações abordam temas diversos, incluindo iluminismo, psicanálise, biodiversidade, democracia, ética e política, ampliando os horizontes teóricos e metodológicos do programa.

O PGCULT reafirma sua vocação regional ao alinhar-se às demandas regionais — como as relacionadas aos povos tradicionais, ao patrimônio cultural e à realidade amazônica —, bem como às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMA. Dessa forma, o programa fortalece redes de pesquisa interdisciplinares comprometidas com a produção de conhecimento voltado aos desafios socioculturais do estado do Maranhão.

O Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO), mestrado em rede, chegou à UFMA em 2017 como parte de um consórcio nacional entre universidades públicas e sob a coordenação do prof. Dr. Alexandre Jordão Baptista. Seu objetivo principal é a formação de professores de Filosofia para o Ensino Básico, qualificando a prática pedagógica com base em fundamentos teóricos sólidos e práticas didáticas inovadoras. Conforme enfatiza Ivan Domingues (2017), a filosofia brasileira contemporânea deve se preocupar não apenas com a produção teórica, mas também com a formação cidadã nas escolas.

Nesse sentido, o PROF-FILO representa a materialização dessa preocupação no Maranhão, ampliando o diálogo entre o ensino de filosofia e o cotidiano escolar. Mais do que fomentar reflexões abstratas, o programa busca desenvolver ações metodológicas consistentes e produzir materiais didáticos que possam subsidiar práticas pedagógicas críticas, contextualizadas e sensíveis às problemáticas que emergem no ambiente escolar. Dessa forma, o PROF-FILO na UFMA fortalece o vínculo entre a universidade e a escola, contribuindo para a construção de um ensino de Filosofia

comprometido com a transformação social e com a formação de sujeitos autônomos e reflexivos.

Na condição de instituição associada, o núcleo do PROF-FILO (UFMA) tem desempenhado um papel instrutivo relevante na formação continuada de professores, especialmente nos estados do Maranhão e do Pará, ao oferecer o Mestrado Profissional em Filosofia voltado ao ensino na educação básica. A iniciativa tem oportunizado o desenvolvimento de pesquisas educacionais e filosóficas que dialogam diretamente com os desafios do ensino de Filosofia nas escolas, promovendo a qualificação docente e a valorização da prática pedagógica.

Além de uma fundamentação teórico-filosófica, as pesquisas desenvolvidas apresentam um caráter propositivo, resultando na elaboração de produtos educacionais voltados à prática docente, conforme previsto no Regimento Geral do Mestrado Profissional em Filosofia. Tal característica reforça a articulação entre pesquisa e realidade socioeducacional, consolidando a relevância do PROF-FILO como espaço de inovação e intervenção no campo do ensino de Filosofia. As linhas evidenciam esse caráter aplicado: “Filosofia e Ensino” investiga, em perspectiva histórica e crítica, as formas como a Filosofia tem sido ensinada, bem como as concepções didáticas que orientam esse processo; já a linha “Práticas de Ensino” concentra-se na análise e desenvolvimento de intervenções concretas, contribuindo para a qualificação das experiências de educação filosófica no contexto escolar.

O PPGFIL (Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFMA), atualmente coordenado pelo Prof. Dr. Sidnei Francisco do Nascimento (DEFIL-UFMA), foi criado em 2020 e oferece, no presente momento, o curso de Mestrado Acadêmico em Filosofia. Estruturado em duas linhas de pesquisa — *Linguagem e Conhecimento e Filosofia Prática* —.

Embora tenha sede na UFMA, o PPGFIL conta com a colaboração efetiva de docentes-pesquisadores vinculados à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), à Universidade Federal do Piauí (UFPI) e à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), fortalecendo seu caráter cooperativo e interdisciplinar. O programa consolida núcleos, grupos e redes de pesquisa, promovendo investigações avançadas a partir de

abordagens tanto lógicas-analíticas quanto da tradição da filosofia continental, articuladas às duas linhas temáticas mencionadas.

Com isso, o PPGFIL não apenas reflete a maturidade acadêmica do Departamento de Filosofia da UFMA no processo de consolidação da pós-graduação na área, bem como registra a inserção da UFMA no seleto grupo de instituições brasileiras com programas de pós-graduação *stricto sensu* em Filosofia, na modalidade acadêmico, reconhecido pela CAPES. Sua atuação contribui significativamente para a qualificação de egressos da graduação em Filosofia, para a formação continuada de professores de filosofia em diversas instituições de ensino, bem como para ampliação e o fortalecimento da produção filosófica nacional.

Entre seus principais objetivos, destacam-se a formação de pesquisadores e docentes em filosofia, a promoção de uma produção filosófica de qualidade e o incentivo à realização de eventos científicos e ao intercâmbio acadêmico. Vale ressaltar que, desde 2008, mesmo antes de sua criação, o departamento de filosofia da UFMA já vinha estabelecendo parcerias institucionais com o intuito de fortalecer e expandir a pós-graduação *stricto sensu* em filosofia no Nordeste.

Nesse contexto, merece destaque o convênio firmado entre a UFMA e a Universidade Federal do Piauí (UFPI), que possibilitou a participação de docentes da UFMA no Mestrado em Ética e Epistemologia da UFPI, tanto na oferta de disciplinas quanto na orientação de pesquisas. Essa colaboração resultou em um diálogo filosófico contínuo entre professores das duas instituições, ampliando os horizontes da pesquisa na região e fortalecendo investigações nos campos da hermenêutica, da lógica, da ética e da política.

No horizonte dos avanços e conquistas alcançados nas áreas de ensino, pesquisa e extensão em Filosofia na Universidade Federal do Maranhão, tem-se buscado, atualmente, uma articulação mais orgânica entre os diferentes níveis de formação — graduação, mestrado profissional e mestrado acadêmico —, com o objetivo de consolidar um ecossistema formativo dinâmico e integrado. Essa articulação tem favorecido a formação de novos pesquisadores, professores e intelectuais comprometidos tanto com o desenvolvimento do pensamento filosófico quanto com a transformação social.

Articulação entre ensino e formação de pesquisadores: o PIBIC e os grupos de estudo e pesquisa

O crescimento da pesquisa em filosofia na UFMA também se reflete no número de grupos de pesquisa vinculados ao Departamento de Filosofia. Atualmente, são 10 grupos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e outros 4 com reconhecimento e apoio formal do Departamento. Esses grupos cobrem uma ampla diversidade de temas e tradições filosóficas, sendo eles: Gepi-Rousseau, Gepi-Kant, Gepi-Filosofia da Lógica e da Linguagem, Nelf (Núcleo de Estudos em Lógica e Filosofia Analítica), Gepi-Filosofia Italiana, Gepi-Neoplatonismo, Gepi-Diotima, Gepi-Estética e Filosofia da arte, Gepi-Walter Benjamin, Gepi-Paul Ricoeur, Gepi-Filosofia das Psis e Teoria da Afetividade, Gepi-Filosofia e Democracia, Gepi-Epistemologia Social.

Esses grupos desenvolvem projetos de pesquisa financiados por agências públicas (CNPq, FAPEMA, CAPES), organizam eventos científicos como simpósios e colóquios, além de incentivar a produção de artigos, livros e capítulos coletivos. A atuação desses grupos também favorece a integração de estudantes de graduação e pós-graduação, permitindo a formação precoce em pesquisa filosófica e oportunizando a participação de docentes e discentes no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), promovendo a renovação intelectual no Departamento.

Vale lembrar que a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) aderiu formalmente ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) a partir das políticas de fomento da CAPES e do CNPq nas décadas de 1980 e 1990. Desde então, a UFMA vem consolidando a iniciação científica em todas as áreas do conhecimento, incluindo as ciências humanas e, em especial, a Filosofia.

O Curso de Filosofia da UFMA incorporou o PIBIC como parte estratégica de sua formação acadêmica a partir da década de 1990, intensificando a partir de 2005 com a reformulação de seu Projeto Pedagógico de Curso (Resolução nº 497-CONSEPE/2006). A política institucional da UFMA, ancorada no seu Plano de

Desenvolvimento Institucional (PDI), reconhece o PIBIC como fundamental para a consolidação da tríade universitária: ensino, pesquisa e extensão.

A inserção do PIBIC no Curso de Filosofia da UFMA foi impulsionada pelo fortalecimento do corpo docente do Departamento de Filosofia (DEFIL) a partir da qualificação *stricto sensu* dos professores nos anos 1990 e 2000 (Mestrados e Doutorados em Filosofia). Essa qualificação possibilitou a formação de linhas e grupos de pesquisa, pré-requisito fundamental para orientar projetos de iniciação científica conforme normas do CNPq.

Os estudantes envolvidos em projetos PIBIC atuam em atividades de pesquisa bibliográfica, traduções, análises conceituais, participação de eventos locais — dentre eles, o SEMIC (Seminário de Iniciação Científica), que acontece anualmente na Instituição — e nacionais; trata-se de uma oportunidade em que os estudantes apresentam comunicações orais, integram mesa redonda e publicam resumos expandidos e artigos completos em Anais de eventos científicos.

Em termos de impacto institucional e regional, o PIBIC no Curso de Filosofia contribui diretamente para a consolidação da pesquisa em Filosofia no Maranhão. Egressos que passaram pelo PIBIC têm ingressado em Programas de Pós-Graduação da própria UFMA (PPGFIL, PGCULT) ou de outras universidades brasileiras (USP, UFMG, UFRJ), o que confirma o papel do programa na interiorização e democratização da pesquisa em Filosofia no país (Brasil, 2022).

Adicionalmente, o PIBIC fortalece o posicionamento da Filosofia como área estratégica no desenvolvimento crítico das ciências humanas, alinhando-se às diretrizes da ANPOF (Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia) sobre a importância da pesquisa básica para a formação cidadã (ANPOF, 2019).

Com a recente criação do PPGFIL (Mestrado Acadêmico em Filosofia) em 2020, ampliaram-se as perspectivas de continuidade acadêmica para os estudantes de PIBIC. A articulação entre iniciação científica, mestrado e eventuais projetos de doutorado fortalece uma trajetória formativa integrada, consolidando um ciclo virtuoso entre formação, pesquisa e inovação científica no Maranhão.

A presença contínua de egressos do curso de Filosofia da UFMA em programas de pós-graduação reflete esse processo e reafirma o papel estratégico da universidade na

produção de conhecimento crítico e relevante. Essa expressão tem logrado êxito e destaque mediante o reconhecimento e premiações de pesquisas filosóficas financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão, como demonstram os exemplos do Prof. Dr. Luciano Façanha³ e da Profa. Dra. Zilmara de Jesus.⁴ Esse reconhecimento evidencia o alcance e o impacto das ações desenvolvidas no âmbito do Departamento de Filosofia da UFMA.

Nesse sentido, a experiência do PIBIC no Curso de Filosofia do campus São Luís da UFMA constitui, atualmente, uma ferramenta essencial para a formação de novos pesquisadores, para o fortalecimento institucional do Departamento de Filosofia e para a promoção da pesquisa filosófica crítica, situada e comprometida com os desafios do contexto maranhense.

Ensino de Filosofia e a formação de professores

A formação de professores de filosofia tem se constituído como missão central do Departamento de Filosofia da UFMA, em consonância com as diretrizes nacionais que visam à ampliação do ensino de filosofia na educação básica. Essa atuação visa

³ Luciano Façanha é líder destacado em pesquisa filosófica no Maranhão. Em 2021 ele recebeu o Prêmio FAPEMA 2021 – Pesquisador Sênior (Ciências Humanas e Sociais). No ano seguinte foi vencedor do Prêmio FAPEMA 2022 – Orientador de Dissertação de Mestrado (área de Ciências Humanas e Sociais). A revista da FAPEMA também destaca que Façanha ganhou bolsa de doutorado-sênior (PUC-SP) financiada pela FAPEMA e possui nove projetos apoiados pela Fundação. Além disso, ele coordena há 17 anos o Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Jean-Jacques Rousseau (GEPI Rousseau/UFMA), que é “fomentado pela FAPEMA” desde a sua criação. Em entrevista comemorativa de 15 anos do GEPI Rousseau, Luciano resalta que todos os eventos do grupo tiveram apoio contínuo da FAPEMA, evidenciando o reconhecimento permanente da Fundação ao seu trabalho. Financiamentos de pesquisa pela FAPEMA – Em diversas chamadas públicas Luciano obteve bolsas de produtividade e recursos para pesquisa.

⁴ Zilmara de Jesus é professora associada de filosofia na UFMA e pesquisadora da filosofia moderna (ênfase em Kant e Iluminismo). Ela foi Bolsista de Produtividade FAPEMA – Doutor Sênior (Edital 04/2023), uma distinção que reconhece sua trajetória acadêmica. Embora não figure em prêmios FAPEMA maiores, destaca-se como líder do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Kant (GEPI-Kant/UFMA-CNPq) e vice-líder do NEPI/UFMA (coordenado por Façanha). Em âmbito institucional, coordenou o PPG em Cultura e Sociedade da UFMA (2019–2021) e preside o Fórum Maranhense em Defesa da Filosofia (entidade civil). Seu trabalho recebeu apoio da FAPEMA através da bolsa de produtividade supracitada, que confirma seu reconhecimento como pesquisadora sênior. Financiamentos de pesquisa pela FAPEMA – Em editais recentes Zilmara também obteve apoio da fundação. Além da bolsa produtividade 2023, ela coordena projeto FAPEMA (Edital 03677/2023) intitulado “A Crítica de Immanuel Kant à Guerra e ao Imperialismo: uma defesa da humanidade e do cosmopolitismo” (vigente em 2024–2026). Esse projeto (tema Kant) tem bolsa FAPEMA como fonte principal, conforme registro de fluxo do projeto.

atender à demanda por profissionais qualificados na referida área, especialmente em contextos educacionais que historicamente carecem de docentes com formação específica.

Na UFMA, o ensino de filosofia na UFMA estrutura-se, sobretudo, por meio do curso de Licenciatura em Filosofia, cujo objetivo central é a formação de professores qualificados para a atuação na educação básica. A partir da década de 1980, conforme registra o histórico do curso, ocorreram reformulações curriculares significativas, que buscaram integrar os conteúdos clássicos da tradição filosófica às abordagens contemporâneas, em sintonia com as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Do ponto de vista didático-pedagógico, a estrutura curricular passou a contemplar componentes específicos voltados à formação para o magistério, como as disciplinas de Metodologia do Ensino de Filosofia e as Práticas Investigativas referentes ao ensino de filosofia nas escolas da educação básica no Maranhão. Tais componentes promoveram a reflexão sistemática sobre o ensino de Filosofia como um problema filosófico em si, abordando temas como as transposições didáticas, os limites e as possibilidades da transmissão de conteúdos teóricos-filosóficos, bem como a construção de uma educação filosófica voltada à autonomia intelectual e ao exercício crítico-reflexivo.

A formação docente em filosofia na UFMA articula ensino, pesquisa e extensão. Desde os primeiros períodos, o curso enfatiza a importância de uma sólida fundamentação teórica aliada ao desenvolvimento de competências didático-pedagógica, compreendidas como elementos essenciais para a atuação crítica, reflexiva e transformadora do futuro professor.

Nos últimos anos, essa preocupação com a formação docente tem se intensificado, especialmente diante das reformas educacionais que ameaçam a obrigatoriedade da Filosofia nos currículos escolares da educação básica. Em resposta a esse cenário, o Departamento de Filosofia da UFMA tem ampliado sua oferta de atividades formativas complementares, como cursos de extensão, seminários, semanas acadêmicas e simpósios, que contribuem para a qualificação dos licenciandos tanto no campo da pesquisa filosófica quanto da construção de uma prática educativa contextualizada, sensível aos desafios sociais e às realidades escolares locais.

A centralidade da formação docente no projeto pedagógico do curso ganha expressão concreta por meio da participação ativa da licenciatura em programas estratégicos voltados à formação de professores, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), o extinto Programa de Residência Pedagógica e o Programa de Formação de Professores da Educação Básica. Tais iniciativas reafirmam o compromisso do Departamento com a valorização do magistério e com a consolidação de uma filosofia comprometida com a educação pública, crítica e socialmente engajada.

O PIBID e a Residência Pedagógica

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa de Residência Pedagógica têm desempenhado papel fundamental na formação prática dos estudantes de licenciatura em filosofia da UFMA. Essas iniciativas inserem os discentes, preferencialmente, em escolas públicas da educação básica, proporcionando experiências concretas de observação analítico-crítica da regência do ensino de filosofia em sala de aula, das propostas metodológicas do ensino de filosofia, planejamentos didáticos, além do envolvimento dos bolsistas e da coordenação do PIBID em atividades pedagógicas promovidas pela escola.

No âmbito do PIBID, conforme relatórios institucionais, os bolsistas desenvolvem projetos de intervenção pedagógica que visam não apenas a aplicação de conteúdos filosóficos, mas também o estímulo ao pensamento crítico e à formação cidadã dos estudantes da educação básica. O programa é reconhecido como uma política pública de valorização da licenciatura, possibilitando o contato direto com os desafios e as dinâmicas do ambiente escolar. Desde sua implementação em 2008, o PIBID em Filosofia tem contribuído de maneira decisiva para a ressignificação e o fortalecimento da licenciatura em Filosofia da UFMA, ao consolidar a articulação entre formação acadêmica e prática docente.⁵

⁵ Cf. SILVA JUNIOR, Almir Ferreira da. O PIBID como política de formação docente e o fortalecimento das licenciaturas em Filosofia. In: SOUSA BARBOSA, Agnaldo; SILVA, Hilda Maria; outros (org.). Políticas públicas e desenvolvimento social: horizontes e experiências. Curitiba: CRV, 2015. A obra discute o papel do PIBID na formação docente e o impacto sobre as licenciaturas em Filosofia, abordando suas implicações nas políticas educacionais e no fortalecimento do ensino filosófico.

Embora atualmente extinto, o Programa de Residência Pedagógica também desempenhou um papel fundamental e para a formação inicial, ao oferecer estágios supervisionados intensivos, acompanhados por professores da universidade e das escolas parceiras. Nessa experiência, os residentes assumiam gradualmente responsabilidades pedagógicas, preparando-se de forma efetiva para o exercício profissional.

Ambas as iniciativas reforçam a articulação entre teoria e prática — eixo estruturante do projeto pedagógico da licenciatura em Filosofia da UFMA —, além de exercerem impacto positivo na redução da evasão escolar e no fortalecimento da identidade docente dos licenciados.

O PARFOR e o Ensino de Filosofia

O PARFOR é outro pilar da atuação do Departamento de Filosofia em prol da formação docente. O Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) atende professores em exercício sem licenciatura adequada, oferecendo cursos superiores gratuitos e reconhecidos.

Em 2010, o Curso de Filosofia da UFMA passou a integrar o PARFOR, oferecendo a primeira licenciatura para professores em exercício que não possuíam formação na área de atuação, especialmente aqueles que atuavam no Ensino Médio (Relatório do PARFOR, 2021). A estrutura curricular do curso foi elaborada com base na Licenciatura em Filosofia já existente na universidade, sendo adaptada para atender às especificidades da educação básica. A proposta pedagógica privilegiou a articulação entre os fundamentos teóricos da filosofia e as práticas didático-pedagógicas voltadas às demandas concretas das escolas públicas.

O curso de Filosofia ofertado no âmbito do PARFOR, assim como os demais programas da UFMA voltados à formação docente, manteve carga horária compatível com a legislação vigente para as licenciaturas, incluindo estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso (TCC) e componentes curriculares específicos de formação teórico-filosófica e didático-pedagógica. Destacou-se, ainda, a inclusão de

espaços dedicados ao desenvolvimento de Laboratórios de Ensino de Filosofia, voltados à experimentação de práticas filosóficas.

Professores efetivos do Departamento de Filosofia da UFMA desempenharam um papel fundamental na execução do programa, atuando como coordenadores, orientadores de estágio e de monografias, além de ministrarem disciplinas nos polos regionais de oferta.

As ações do PARFOR tiveram impacto direto na valorização dos profissionais da educação básica e, de modo específico, no fortalecimento da presença da filosofia nas escolas públicas. Esse efeito foi especialmente significativo em localidades que, até então, não contavam com professores licenciados na área, contribuindo para ampliação do acesso ao ensino de filosofia para a qualificação das práticas pedagógicas no interior do estado. Municípios como Peri-Mirim, Bequimão e outras regiões da Baixada Maranhense passaram a contar com profissionais licenciados, melhorando a qualidade do ensino da disciplina e atendendo à exigência legal da formação específica para o exercício do magistério.

O programa também contribuiu para correção de distorções históricas no acesso ao ensino superior no Brasil, ao possibilitar que professores de regiões remotas obtivessem titulação específica e melhores condições de trabalho, em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE).

Ensino de Filosofia na UFMA: perspectivas e desafios na atualidade

O percurso histórico do Curso de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) revela uma trajetória de resistência, consolidação e expansão em meio às adversidades impostas pelo contexto educacional brasileiro. Desde sua fundação em 1952 até sua inserção plena no sistema federal e a criação de programas de pós-graduação, o curso vem se afirmando como um importante núcleo de formação filosófica e docente no Nordeste.

A atualidade apresenta novos e complexos desafios. De um lado, a UFMA vive um momento de fortalecimento institucional: a expansão da pesquisa filosófica, com a criação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL) e a participação em

programas como o PROF-FILO e o PGCULT, demonstra a capacidade de renovação e o amadurecimento acadêmico do Departamento de Filosofia. A articulação de 10 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, a formação de redes colaborativas e a atuação em programas de formação docente como o PIBID e o PARFOR evidenciam um ecossistema acadêmico vivo e dinâmico, alinhado às demandas da sociedade.

Entretanto, os desafios que se colocam à frente não são poucos. A recente reforma do Ensino Médio no Brasil, materializada na Lei nº 13.415/2017, ameaça a continuidade da filosofia como disciplina obrigatória, comprometendo não apenas a formação crítica dos estudantes, mas também a própria demanda por professores de filosofia nas redes públicas. Nesse cenário, cabe ao Departamento de Filosofia da UFMA intensificar sua atuação pública, articulando-se com movimentos sociais, fóruns educacionais e instâncias políticas na defesa do ensino filosófico como direito de cidadania e pilar da educação democrática.

Outro desafio refere-se à necessidade de interiorização e democratização da formação filosófica. Embora o PARFOR tenha avançado nessa direção, é necessário ampliar o alcance de programas que levem a filosofia para municípios distantes e populações historicamente excluídas do ensino superior. A aposta em modalidades híbridas e em polos de educação à distância, sem abrir mão da qualidade acadêmica, pode representar uma via promissora para esse objetivo.

No âmbito interno, persiste a necessidade de renovação curricular permanente, de incentivo à produção científica estudantil e docente e de ampliar os processos de internacionalização da pesquisa. O fortalecimento de intercâmbios acadêmicos e a participação ativa em redes filosóficas latino-americanas e internacionais são caminhos estratégicos para consolidar a inserção qualificada da UFMA no debate filosófico global.

Nesse contexto, o Departamento de Filosofia tem se empenhado em ampliar o campo de pesquisa filosófica, com ênfase nas abordagens filosóficas não-eurocêntricas, incluindo teorias feministas, indígenas, decoloniais e as filosofias africanas. A valorização dessas correntes visa não apenas enriquecer a compreensão da Filosofia em sua pluralidade, mas também proporcionar novas perspectivas críticas sobre as estruturas de saber e os regimes de poder que historicamente moldaram a produção

intelectual global. Essa ampliação é essencial para a construção de um pensamento filosófico mais rico e representativo das diversas experiências e tradições culturais.

Por fim, a perspectiva que se delineia é a de que a filosofia na UFMA continuará a se afirmar como um espaço de resistência intelectual, formação crítica e compromisso com a transformação social. A tradição inaugurada pela antiga Faculdade de Filosofia de São Luís — e cultivada ao longo de sete décadas — projeta-se para o futuro como uma tarefa inacabada: assegurar que a filosofia permaneça viva enquanto exercício de liberdade, *práxis* educativa e construção coletiva do pensamento.

Referências

ALVES, D. J. *A filosofia no Ensino Médio: Ambiguidades e Contradições na LDB*. Campinas: Autores Associados, 2002.

ANPOF. *O ensino de Filosofia e a reforma educacional: o que fazer?* Disponível em: <https://www.anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/o-ensino-de-filosofia-e-a-reforma-educacional-o-que-fazer>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. Altera dispositivos das Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nº 11.161, de 5 de agosto de 2005, que dispõem sobre o ensino de música na educação básica e o ensino da língua espanhola no ensino médio. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 3 jun. 2008.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, estabelecendo a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 19 out. 1982.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 921, de 27 de dezembro de 2018. Renova o reconhecimento do curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal do Maranhão. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2018. Disponível em:

<https://portalpadrao.ufma.br/proen/campi-cursos/campus-de-sao-luis-2/cch-1/filosofia>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Universidade Federal do Maranhão. Agência de Inovação, Empreendedorismo, Pesquisa, Pós-Graduação e Internacionalização. Resultados finais dos Programas de Iniciação Científica e Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação 2022/2023. São Luís: UFMA, 2022. Disponível em: <https://portalpadrao.ufma.br/ageufma/noticias/noticias-gerais/ageufma-divulga-resultados-finais-dos-programas-de-iniciacao-cientifica-e-iniciacao-ao-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao-2022-2023>. Acesso em: 27 abr. 2025.

CARVALHO, M. M. C. de. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: Contexto, 2002.

CERLETTI, A. *O Ensino de Filosofia como problema filosófico*. São Paulo: Autêntica, 2009.

DOMINGUES, I. *Filosofia no Brasil: Legados e Perspectivas — ensaios metafilosóficos*. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

GALLO, S.; KOHEN, W. O. *Filosofia no Ensino Médio*. Petrópolis — Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, E. I. C. da. *Breve histórico do ensino de filosofia no Brasil*. PhilArchive, 2019. Disponível em: <https://philarchive.org/rec/DASBHD>. Acesso em: 27 abr. 2025.

SILVA JÚNIOR, A. F. da. O PIBID como política de formação docente e o fortalecimento das licenciaturas em Filosofia. In: SOUSA BARBOSA, A.; SILVA, H. M.; outros (org.). *Políticas públicas e desenvolvimento social: horizontes e experiências*. Curitiba: CRV, 2015.

UFMA. *Curso de Filosofia*. Portal da UFMA. Disponível em: https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?lc=pt_BR&id=85829. Acesso em: 27 abr. 2025.

UFMA. *Curso de Filosofia — Campus São Luís*. Disponível em: <https://portalpadrao.ufma.br/profissoes/nossos-centros-academicos/campus-sao-luis/filosofia-sao-luis#:~:text=O%20Licenciado%20em%20Filoso%EF%AC%81a%20analisa%2C,em%20vista%20a%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20social>. Acesso em: 27 abr. 2025.

UFMA. Resolução nº 32.606, de 23 de abril de 1953. Cria o curso de Licenciatura em Filosofia. São Luís: UFMA, 1953. Disponível em: <https://portalpadrao.ufma.br/proen/campi-cursos/campus-de-sao-luis-2/cch-1/filosofia>. Acesso em: 27 abr. 2025.

UFMA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 497, de 3 de outubro de 2006. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Filosofia, Modalidade Licenciatura, e dá outras providências. São Luís, 2006. Disponível em: https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/paginas/pagina_estatica.jsf?id=196. Acesso em: 29 abr. 2025.

UFMA. Resolução nº 497, de 3 de outubro de 2006. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Filosofia. São Luís: UFMA, 2006. Disponível em: https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/paginas/pagina_estatica.jsf?id=201. Acesso em: 27 abr. 2025.

UFMA. Resolução nº 661, de 9 de janeiro de 2009. Altera os artigos 4º e 5º da Resolução nº 497/2006, que aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Filosofia. São Luís: UFMA, 2009. Disponível em: https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/paginas/pagina_estatica.jsf?id=201. Acesso em: 27 abr. 2025.

UFMA. *Relatório de Gestão 2021*. São Luís: UFMA, 2021. Disponível em: <https://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/dW3qFffSLuSmtEO.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2025.

UFMA. *Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade*. Portal da UFMA. Disponível em: https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/apresentacao_stricto.jsf?lc=pt_BR&idPrograma=1110. Acesso em: 27 abr. 2025.

UFMA. *Programa de Pós-Graduação em Filosofia*. Portal da UFMA. Disponível em: https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/apresentacao_stricto.jsf?lc=pt_BR&idPrograma=1545. Acesso em: 27 abr. 2025.

UFMA. *PROF-FILO*. Portal da UFMA. Disponível em: https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/apresentacao_stricto.jsf?lc=en_US&idPrograma=1400. Acesso em: 27 abr. 2025.

ZIMMERMANN, R. *A nova LDB e o ensino de Filosofia: considerações sobre a legislação e o PL 3178/97*. Mimeo, 2001.

Recebido em: 05/05/2025

Aprovado em: 23/07/2025